

Escola, afirmação identitária e religiões de matriz africana em contextos antirracistas

School, identity affirmation and religions of African origin in anti-racist contexts

*Aurenéa Maria de Oliveira*¹

Resumo

Esta pesquisa avaliou o lugar que religiões afro-brasileiras ocupam no ensino de História da África em escolas estaduais da cidade de Recife, Pernambuco, observando a relação entre racismo e religião. Para tal, fez-se uso da Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e da metodologia da Análise de Discurso elaborada por Michel Pêcheux com vistas a apreender, através das falas de docentes, gestores de escolas e militante e ex-militantes do movimento negro pernambucano, atitudes de visibilidade ou não a essas tradições. O exame dos enunciados sinalizou para a presença de várias ideologias nas escolas pesquisadas, mas, especificamente sobre o trabalho com as religiões em tela como temática para o ensino de História da África, o que se identificou foi a ideologia da invisibilidade justificada pela rejeição da comunidade escolar. Por outro lado, o discurso militante caminhou no sentido contrário, da necessidade de debate sobre elas na educação como forma de resistência.

Palavras-chave: Identidade; Ensino de História da África; Lei 10.639/2003.

Abstract

His research evaluated the place that Afro-Brazilian religions occupy in the teaching of African History in state schools in the city of Recife, Pernambuco, observing the relationship between racism and religion. To this end, we used the Discourse Theory developed by Ernesto Laclau and the Discourse Analysis methodology developed by Michel Pêcheux in order to apprehend, through the speeches of teachers, school managers and activists and former militants of the Pernambuco black movement, attitudes of visibility or not to these traditions. Examination of the statements signaled the presence of various ideologies in the schools surveyed, but specifically on the work with religions on screen as a

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professora do Centro de Educação da UFPE, atuando no Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação onde coordena a linha de pesquisa Identidades e Memórias. Líder do grupo de pesquisa Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (REMS). E-mail para contato: aurenea@hotmail.com

theme for teaching African History, what was identified was the ideology of invisibility justified by the rejection of the community school. On the other hand, the militant discourse went against the need to debate them in education as a form of resistance.

Keywords: Identity; History of Africa teaching; Law 10.639/2003

Introdução

A implementação da lei 10.639 em 2003 foi uma conquista dos afro-brasileiros, representando uma política pública de afirmação da identidade negra no país. Nas Américas, em várias partes, vivemos um momento de evidência da África com movimentos sociais exigindo ações de reparação histórica, o que tem gerado formulações antirracistas que por sua vez, provocam como reação, uma acentuação do racismo estrutural/religioso (DEUS, 2019, p. 37; MORAES, 2016, p. 18-19) que é exposto em múltiplos níveis e formas.

Para Moraes (2016, p. 19-20), a construção de atos acerca da prática de racismo religioso, constituindo o que vai denominar de teoria jurídica e comportamental desse fato social e do perfil do criminoso racista religioso, incide sobre os que contrariam o regime democrático, inferiorizando afro-ameríndios, colocando o que vem deles como demoníaco e bestial. Neste aspecto, a tolerância é tida como o oposto, ou seja, a capacidade de apreço, aceitação e respeito acerca da diversidade de culturas no mundo e seus respectivos modos de expressão, incluindo aqui as religiões.

Neste íterim, as práticas religiosas dos afro-descendentes foram e ainda são utilizadas como instrumento tanto de visibilidade como de invisibilidade de sua cultura no Brasil e em outros países americanos; mas, mesmo com negativas, a busca por uma África ou reafrikanização no mundo esteve relacionada a questões interativas que envolveram direta ou indiretamente elementos religiosos da tradição africana, estes reordenados e ressignificados.

Sobre isso se ressalta que as religiões (entendidas como expressões/fragmentos culturais) de origem africana foram aglutinadoras de atuações diversas pelas quais, em várias sociedades, indivíduos fizeram emergir novas instituições que conseqüentemente, elaboraram formas de sobrevivência, dentro das quais, sistemas culturais da África resistiram se reinventando, entre outros traços, através de traços religiosos comuns. Esse processo de reinvenção relaciona-se a processos sincréticos que possibilitaram no campo religioso a sobrevivência das tradições africanas, interligadas a valores e a cosmovisão de mundo de religiões cristãs, especificamente no Brasil, do catolicismo (BASTIDE, 1946, p. 28; RIBEIRO, 2012, p. 16).

Dessa forma, estudos mais recentes acerca das sobrevivências ou extensões da África têm enfatizado preocupações políticas e ideológicas, visando apresentar o passado do negro, desde sua escravização nas Américas, porém, contextualizando-o no contemporâneo com a visão no futuro e dentro desse processo se toma como ponto de referência inicial, para situar a sobrevivência/memória dos grupos africanos, as práticas culturais, de forma específica a religiosa, que em seu bojo de significações, permitiu transformar-se - desde o início das reordenações no “Novo Mundo”⁴, até os dias atuais - num lugar, a princípio, de fomentação da proximidade, ou do “retorno” à África, como também de grande peso, cerne e suporte de processos de negociação, de contestação e de reivindicação da identidade dos afro-descendentes em vários locais.

Neste sentido, de todas as sobrevivências apresentadas, a religiosa foi elevada a uma valorização ímpar posto que os modelos de africanidade se apoiaram nela, expondo-a como afirmação para continuidades/descontinuidades da tradição da África e de seus valores,

⁴ Por “Novo Mundo” entende-se, dentro do contexto da época, o projeto de visão expansionista e positivista da Europa acerca da conquista e colonização de territórios americanos, no qual, passou-se por cima da cultura dos povos nativos, que nestes espaços viviam, e de outros povos que foram trazidos para cá na condição de escravos.

possibilitando uma forma alternativa de ser e de resistir, se não ao nível das relações econômicas e políticas, ao menos ao nível ideológico.

No Brasil especificamente, podemos afirmar que a autonomia ideológica dos negros na sociedade capitalista foi garantida devido à inserção deles em algum segmento religioso de linhagem afro-descendente, o que permitiu a manutenção de todo um acervo cultural e de um pensamento que estimulou o ideário de um “retorno” à África, se admitindo, entretanto, que várias modificações nessa concepção de “retorno” ocorreram nesse trajeto da escravização aos dias atuais. Dessa forma, podemos reiterar que as religiões de origem africana constituíram um sistema, talvez não tão harmonioso, contudo coerente de representações coletivas, e não um tecido de superstições como afirmam determinados setores advindos, sobretudo, de grupos cristãos. Sublinha-se ainda, que pelo contrário, tais religiões subentendem uma cosmologia, uma psicologia e uma teodicéia com lógicas e idiosincrasias próprias (BASTIDE, 1946, p. 28).

Sendo assim, as religiões de descendência africana são concebidas como fundamentais na estruturação das sobrevivências da identidade negra no Brasil e em vários países que vivenciaram e que passaram pela colonização, todavia, tendo sido alvo de estigmatização - processo paralelo de negação/construção do Outro, tendo como referência o Eu-hegemônico europeu - elas foram e são fontes de inúmeros processos de intolerância social que vão desde a não aceitação delas por causa da origem da cor da pele de seus primeiros praticantes nas Américas, o que se configura em racismo, até a demonização de seus rituais.

Neste aspecto, pontualmente no Brasil, esse debate sobre a reafricanização sublinha a importância de se investigar, acima de tudo depois do estabelecimento da lei 10.639 em 2003, complementada com a lei 11.645/2008, como a escola - *locus* privilegiado de discussão que pressupõe o estímulo à democracia e ao bom trato com a diversidade, dentre elas a religiosa - vem

lidando com a afirmação identitária de estudantes, especialmente negros, através do respeito às religiões africanas e afro-brasileiras.

Sobre a escola, é salutar colocar que ela como espaço que está a serviço do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, deve fomentar a apreensão de saberes socialmente construídos que estabelecem relações, entre outros campos, com o religioso. Diante disso, se aceita que ela atua na formação das identidades dos estudantes de modo a ajudá-los a entender as pluralidades e as diferenças, sabendo que estas (pluralidades e diferenças) fazem parte de realidades concretas como as que vivenciamos hoje no momento histórico denominado de globalizado.

Desse modo, é que esse artigo tem como objetivo geral avaliar qual o lugar que as religiões afro-brasileiras têm ocupado no ensino de História da África em escolas estaduais da cidade de Recife, no estado de Pernambuco; e como objetivo específico, o de verificar a relação entre racismo, tolerância/intolerância religiosa e alteridade no trato das religiões afro-brasileiras no ensino da História da África, igualmente em escolas estaduais da cidade de Recife³. Neste aspecto, procuramos problematizar até que ponto o lugar de fala dos entrevistados interferiu nas suas posições de sujeitos no que se refere ao trato com as religiões de matriz africana no ensino de História da África, observando nas relações de força e de sentido a presença de ideologias.

Diante disto, a análise do material das entrevistas coletado buscou identificar nas formações enunciativas dos entrevistados as principais ideologias atuantes no trato de ensino de História da África, localizando o *status quo* que as religiões de matriz africana ocupam neste processo.

Entre outros motivos, justifica-se a pertinência desta pesquisa por se acreditar que seja relevante o se debruçar sobre uma questão social que tem sido pautada por vários setores da sociedade civil, sejam estes acadêmicos,

³ No estado Pernambuco o ensino de história da África e da cultura africana e afro-brasileira ocorre de modo transversal e interdisciplinar em todos os níveis de ensino.

políticos, de movimentos e organizações sociais..., esta se relaciona à identidade e visibilidade dos afro-brasileiros e à conseqüente problemática que emerge dessa questão que envolve a violência e o racismo efetuados contra membros de religiões minoritárias.

Neste aspecto, pensamos que podemos colaborar no entendimento desta caminhada de afirmação dessa identidade, e também no entendimento de agressões a segmentos religiosos minoritários como os afro-descendentes. Além disso, podemos ponderar e avaliar o desenvolvimento de políticas públicas, como a que ocorre no Brasil a partir da lei 10.639/2003, no sentido de se lidar com a perspectiva de reparação histórica e de inclusão de grupos sociais marginalizados, atuando de forma a examinar elementos que envolvem o estigma que sofrem. Diante disso, foi que dividimos este artigo em duas partes: a primeira na qual dialogamos com a metodologia e a teoria empregadas na pesquisa e a segunda na qual apresentamos e analisamos os resultados do trabalho. Ao final, esboçamos nossas considerações.

1. Metodologia e teoria empregadas

A pesquisa em evidência foi realizada em escolas estaduais da cidade de Recife, Pernambuco, e também junto à ex-militantes e militante do movimento negro do mesmo estado. O trabalho foi dividido em duas fases:

1ª) Pesquisa Bibliográfica: que consistiu na procura de material que abordasse direta ou indiretamente a temática pesquisada.

2ª) Realização de Entrevistas e Análise do Material Coletado: as entrevistas feitas foram divididas em três grupos: um relacionado aos professores que trabalham com a temática de História da África (reitera-se que no estado de Pernambuco o trato com esse tema ocorre de modo transversal e interdisciplinar em todos os níveis de ensino) em 04 escolas estaduais de Recife, escolhidas por serem de referência no trabalho com o ensino em questão; outro ligado aos diretores dessas escolas pesquisadas e o último buscado entre militante e ex-militantes do movimento negro. Assim, procurou-se estabelecer

primeiro, uma comparação nas escolas entre aqueles que assumem de modo direto a responsabilidade em lidar com a temática, no caso os professores, e aqueles que de modo mais indireto, lidam com ela, os gestores. Segundo, estabelecer um paralelo entre os discursos circulantes nestas escolas e o discurso que se difunde entre os que fizeram/fazem parte do movimento negro. Com isso, apreenderam-se olhares diversificados sobre o trato da temática. Esta primeira divisão foi acompanhada nos três segmentos por outra, vinculada às opções/filiações religiosas ou não religiosas de cada entrevistado.

As entrevistas foram realizadas a partir da perspectiva de Paul Thompson, ou seja, não foram concebidas como simples diálogo, mas como relação social entre pessoas, na qual o entrevistador deve manter-se o mais possível em segundo plano, apenas tomando atitudes de apoio, evitando ao máximo introduzir seus comentários (THOMPSON, 1992, p. 259). Assim, elas ocorreram de modo a entrecruzar uma conversa amigável a um roteiro de perguntas pré-estabelecido que serviu mais como um direcionamento, ao invés de algo rígido, pré-fixado e fechado. Posteriormente, foi-se para o exame do material coletado feito com base numa metodologia qualitativa, apoiada na Análise de Discurso (AD) francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux em sua terceira fase.

Os estudos sobre a Análise de Discurso francesa, feitos a partir de sua terceira fase, ressaltam a possibilidade de abertura interpretativa e de mobilidade e flutuação de/do sentido (PÊCHEUX, 1997, p. 51). Foi assim que examinamos as falas coletadas, ou seja, sublinhando nesse processo essas flutuações através das relações de lugar, força e sentido e as paráfrases e polissemias identificadas nos discursos dos entrevistados. Neste aspecto, reitera-se, problematizamos o lugar de fala deles interferindo nas suas posições de sujeitos no que se refere ao trato com as religiões de matriz africana no

ensino de História da África, observando neste processo, junto às relações de força e de sentido, a presença de ideologias⁴.

O privilégio sobre os deslocamentos de sentido estabelecidos pela AD-3 interagiu com a Teoria do Discurso (TD) desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em 1985. Neste aspecto, tal teoria foi pertinente como mecanismo de interpretação epistemológica posto que, útil no exame dos embates em torno de discussões existentes acerca da presença ou não de religiões afro-brasileiras no ensino de História da África.

Após a realização dessas entrevistas, iniciou-se a transcrição e exame delas utilizando-se de recursos da Teoria do Discurso e da metodologia da Análise de Discurso de vertente francesa. Sobre a relação entre a Teoria do Discurso (TD) e a Análise de Discurso (AD) Burity (2007, p. 5), ao escrever sobre as distâncias e aproximações entre elas, explica que o discurso para a TD está para além da visão da AD, haja vista que naquela (TD) ele é entendido como um sistema relacional em que linguagem e ação se articulam.

Sendo assim, o discurso, para a Teoria do Discurso, em si mesmo seria um ato, uma prática, o que de certa forma não ocorre na AD à medida que nesta, a prática que acontece se apóia no campo da materialidade linguística. Para este autor então, esse sistema elaborado pela TD, impulsiona o conceito de discurso para uma perspectiva que o faz ultrapassar a estrutura linguística propriamente dita, posto que, o envolve em disputas políticas entre grupos na busca por hegemonia, o que implica em ação concreta e não apenas em posições de sujeitos discursivas (BURITY, 2007, p. 5).

Em comum, TD e AD entendem o campo discursivo como histórico e político, portanto, impregnado de ideologias⁵ que refletem/reverberam o social.

⁴ Importante ressaltar que na AD o conceito de ideologia relaciona-se à materialidade discursiva expressa nos enunciados por meio de posições de sujeitos (PÊCHEUX, 1997, p. 21). Neste aspecto, ideologia aqui não tem relação com a aceção de um conjunto de ideias, muito menos que essas ideias expressam um falseamento da realidade como no marxismo.

⁵ Mais uma vez ressalta-se que ideologia tanto para a AD, como também para a TD, não é apreendida como conjunto de ideias.

Aceito isto, reforça-se, como já dito na introdução, que o trabalho com o *corpus* das entrevistas visou primeiro, identificar nas formações enunciativas de nossos entrevistados, as principais ideologias atuantes no trato do ensino de História da África e, segundo, localizar o *status* que as religiões de matriz africana ocupam neste processo.

2. Resultados

A educação, que nessa perspectiva é entendida como processo no e pelo qual o ser humano, e não as técnicas estão no centro da aprendizagem, ocorre em espaços coletivos tipo a família, comunidade, grupos culturais, movimentos sociais e escolas, refletindo uma forma de socialização e aprendizagem que não se reduz à escolarização. No entanto, a escolarização é um direito que infelizmente não é garantido a toda população brasileira. Neste aspecto, aqueles que sofrem a violência da discriminação racial ficam, em muitos casos, *a mercê* de seus próprios esforços, pois, as consequências do racismo marcam as pessoas que vivenciam essas experiências (OLIVEIRA, REIS, MENEZES, et al, 2017, p. 123-124).

Munanga e Gomes (2006, p. 56) destacam que a visão que se tinha da pessoa negra no período da escravidão, levou - na atualidade - pessoas de qualquer etnia no Brasil, a conceber características negativas a esta população como a de que são preguiçosas e/ou conformistas. Esses autores apresentam quatro motivos que deram origem a essa visão: o desconhecimento da verdadeira história sobre as lutas e resistências da população afro-brasileira; a não divulgação de pesquisas que mostrem outras histórias; a existência do racismo que dissemina uma visão negativa sobre o negro e, a crença e disseminação de muitas pessoas de que no Brasil não existe racismo.

Para Rosemberg, Brazilli e Silva (2003, p. 128-129) o racismo é um processo através do qual, grupos, com base em características biológicas e culturais – verdadeiras ou atribuídas –, são percebidos como diferentes e inferiores. As

autoras completam que esse processo é atribuído à população afro-brasileira, devido a seus fenótipos negróides, sua história, sua religiosidade e sua cultura.

Além dessa inferioridade, essas pessoas também vivenciam a discriminação racial, conceituada pelo Estatuto da Igualdade Racial como:

[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural, ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (BRASIL, 2010).

São essas vivências e dificuldades que levaram os movimentos sociais negros a reivindicar educação escolar para atender esta população afro-brasileira e proporcionar uma possível ascensão as suas famílias e superação de suas condições inferiorizadas e discriminadas. Esta luta, pela inclusão no processo de escolarização oficial, não é recente, mas é historicamente, desconsiderada pelas políticas locais e nacionais (OLIVEIRA, REIS, MENEZES, et al, 2017, p. 123).

Políticas públicas educacionais ao serem implementadas, numa dimensão democrática, devem contribuir com a garantia de direitos com legislações e práticas que tenham como propósito a universalização do acesso e da permanência na escola com equidade e qualidade, possibilitando o favorecimento da igualdade e da solidariedade entre as pessoas.

Porém, há um desrespeito histórico das políticas educacionais brasileiras junto à população afro-brasileira ao negar a garantia de uma educação de qualidade, o respeito às diferenças étnico- raciais, a divulgação de sua história com valorização de sua cultura e afirmação de sua identidade (OLIVEIRA, 2019, p. 31-32).

Dentro dessa perspectiva de efetivação de políticas étnico-raciais, que valorizem o lugar do negro na cultura brasileira, é que passamos a discutir os resultados da pesquisa. A cultura e a identidade negra no Brasil, em sua afirmação contemporânea, passam pelo processo de aceitação e respeitabilidade

das religiões afro-brasileiras. Tal respeitabilidade envolve questões relacionadas à interação/hibridação dessa cultura e religiosidade no contexto brasileiro, ou seja, encontram-se envolvidas às misturas que desse cenário emergiram/emergem.

No entanto, na cultura brasileira, defende-se, as religiões, especificamente as afro-brasileiras possuem uma história de perseguição, tanto religiosa, como política e social que ocorre por meio de preconceitos e estigmas que se relacionam ao lugar de “submissão” que o povo negro ocupou e infelizmente ainda ocupa no Brasil. Desse modo, desde o início do processo de escravização que estas perseguições acontecem alimentadas pelo que denominamos de racismo religioso, isto é, um projeto político que incide sobre a população negra e que tem sua origem na colonização e na inferiorização que os povos africanos passam a sofrer em sua cultura nas terras americanas (DEUS, 2019, p. 22).

Neste sentido, essa pesquisa se debruçou sobre essa problemática, reconhecendo na escola um *locus* privilegiado de debate e discussão dessas questões, sobretudo em época de globalização na qual a alteridade, de modo geral, pede respeito às identidades religiosas, especificamente à identidade afro-brasileira. Esse respeito foi analisado a partir de um questionamento sobre o lugar que o negro e as religiões de matriz africana ocupam dentro da escola, no ensino de História da África.

Desse modo, é que a pesquisa foi realizada em escolas da rede estadual de Recife selecionadas a partir da boa referência e do trato com a temática de ensino de História da África - pois, algumas escolas não assumiram o compromisso com esse tipo de ensino -, verificando qual o lugar que as religiões de matriz africana ocupam. A leitura interpretativa se fundamentou na Teoria do Discurso (TD) elaborada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, posto que esta possibilitou examinar os discursos não apenas do ponto de vista da fala, mas como uma ação que vai além, haja vista que, nesta perspectiva como já dito, o discurso não remete apenas aos domínios linguísticos, extrapola-os no

sentido de que a nomeação é um ato que expressa não somente posições de sujeitos, mas relações/ações sociais. Neste aspecto, para Laclau e Mouffe não há uma distinção entre linguístico e extralinguístico à medida que por mais material que seja um objeto, esse para se constituir como tal, necessita da nomeação e do sentido expresso pelos atos de fala (LACLAU, MOUFFE, 1985, p. 84-85).

Diante disso, através desta teoria, entendemos o discurso de nossos entrevistados – 15 ao todo: 08 professores de ensino de História da África, 04 gestores de escolas públicas estaduais de Recife e 03 que militaram/milita no movimento negro - não só como falas, mas como atos instituintes de práticas que afirmam ou negam o trato com as religiões de matriz africana em sala de aula no ensino em questão.

A Instrução Normativa Nº 01/2012, documento do estado de Pernambuco que dá as diretrizes para o desenvolvimento do ensino regular e normal desde as séries iniciais do ensino fundamental, regulamenta, entre outras disciplinas, como devem ser desenvolvidas as aulas de História da África. Assim, o presente documento diz que os temas da cultura afro-brasileira devem ser desenvolvidos não só através da disciplina de História, mas também em sala de aula de forma interdisciplinar, como tema transversalizado, aliado a outros assuntos (INSTRUÇÃO NORMATIVA/PE, 2012).

No Art. 17 do texto é colocado que: "O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente os das matrizes indígena, africana e europeia" (INSTRUÇÃO NORMATIVA/PE, 2012, p. 03). O parágrafo único afirma que:

A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação (INSTRUÇÃO NORMATIVA/PE, 2012, p. 04).

O artigo e o parágrafo, basicamente dão a mesma explicação para a sua inserção na sala de aula, dentro do conteúdo programático, porém, é importante ressaltar que mais importante do que fazer parte da constituição da nação é trazer para o centro da discussão povos e culturas que foram deixados à margem por serem tidos como inferiores

No Brasil, a história da população negra foi amplamente documentada por sua condição escrava. Mais do que isso, na literatura sobre escravidão predominou uma visão que instituiu em circunscrever o negro e a negra, primeiro, na esfera econômica como mercadorias e, posteriormente, na esfera da cultura como exóticos, e na esfera política como grupo destituído de capacidade organizativa e propositiva (LEI 10.639/2003, p.09).

Desse modo, essa disciplina em sala de aula é relevante à medida que permite discutir o negro, objetivando reescrever sua história, colocando-a em lugar de destaque; igualmente, porque visa tratar a diversidade religiosa e cultural com respeito, estimulando a construção de um país mais democrático.

Entretanto, o ensino de História da África, dentro da sala de aula, exhibe disputas por territórios em que, discursos são silenciados e outros são colocados em evidência com perda de espaço, sobretudo para temáticas que envolvam as religiões afro-brasileiras (OLIVEIRA, 2019, p.37). Destarte, a partir das entrevistas realizadas foi evidenciado que a temática de História da África vem sendo desenvolvida de forma interdisciplinar, procurando se articular com outros assuntos correlatos em várias disciplinas, tais como cidadania, direitos humanos, etc.

Assim, os discursos colhidos, que tentam correlacionar às religiões afro-brasileiras à cultura africana e conseqüentemente, ao ensino de História da África, foram reveladores de visibilidades/invisibilidades, estas últimas advindas do lugar social do negro. Neste aspecto, conforme dito anteriormente, o número de escolas pesquisadas foi de quatro (04) estaduais em Recife, com doze (12) entrevistas realizadas nelas. Por questões éticas, não exporemos os nomes desses espaços educacionais, nem os dos entrevistados.

Tabela 1 - Escolas Estaduais de Recife Pesquisadas

Escolas	Entrevistados/ cargo/religião
Escola 01	02 Professores de ensino de História da África (01 candomblecista e 01 católico) 01 Gestor (evangélico ⁶)
Escola 02	02 Professores de ensino de História da África (01 católico e 01 de denominação evangélica) 01 Gestor (de denominação evangélica)
Escola 03	02 Professores de ensino de História da África (02 evangélicos) 01 Gestor (de denominação espírita)
Escola 04	02 Professores de ensino de História da África (01 evangélico e 01 espírita) 01 Gestor (católico)

Fonte: elaboração da autora

O quadro de entrevistas foi completado com 03 falas de pessoas que direta ou indiretamente se envolveram/envolve com o movimento negro em Pernambuco - que também, por questões éticas, não terão seus respectivos nomes expostos -, totalizando no geral quinze (15) entrevistas. A princípio, por meio do arcabouço teórico-metodológico da Teoria do Discurso e da Análise de Discurso, tomou-se como principal questão norteadora no exame das entrevistas: identificar as ideologias dos atores entrevistados sobre diversidade e (in) tolerância, destacando-se neste processo as formações discursivas que envolviam o debate sobre religião e racismo. Neste aspecto, faz-se importante diferenciar racismo religioso de intolerância religiosa tendo em vista que o primeiro, além de envolver elementos de negação do Outro em sua religião, o que se configura em intolerância, envolve também elementos de um projeto de colonialidade que visou invisibilizar a cultura e conseqüentemente, a religião dos africanos que aqui aportaram na condição de escravizados.

⁶ Por evangélico compreende-se um complexo de ramificações e denominações que envolvem diferenças sociais e políticas, inclusive dentro do projeto de colonialidade do “Novo Mundo”, entre protestantes, pentecostais e neopentecostais.

Antes de expor os resultados dessa análise, destaca-se que no esforço de reflexão sobre o material colhido, considerou-se como relevante a relação entre realidade e linguagem. Deste modo, reforça-se a concordância com a Teoria do Discurso quando afirma que “[...] o discurso é o terreno primário no qual a realidade se constitui” (FERREIRA, 2011, p. 13). Neste aspecto, entende-se que o real se constrói a partir da linguagem e, por isso, ele só existe dentro de um discurso que lhe torne possível. Se não houver discurso, não existe significação, portanto realidade (FERREIRA, 2011, p. 12-18). A seguir, sublinha-se a fala de um professor de ensino de História da África entrevistado que explicita

A falta de informação sobre o racismo é muito grande. As pessoas brincam com coisas que agridem outras e não percebem o racismo estrutural por trás daquilo. É muita falta de informação e só através do debate nas minhas aulas de História da África que isso começa a mexer na cabecinha deles (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 01).

É possível identificar no discurso desse educador, que se afirmou como candomblecista, que, mesmo o racismo existindo na experiência de seus alunos, a significação dessa realidade só pôde ser construída a partir de suas aulas, pois, antes dessa intervenção, seus alunos não atribuíam tal significado às práticas sofridas ou por eles realizadas. O racismo se tornou então real para estes por meio do discurso do educador. No que se refere ao dialogar com as religiões de matriz africana no ensino em tela, o mesmo manteve o tom do discurso anterior

Não! Eles não querem saber e muitas vezes a gestão da escola não nos ajuda nesse processo por não entender o racismo aqui e o quanto a religião africana foi importante para a história do negro no Brasil e para sua luta. É mais falta de informação e isso precisa ser desmistificado. Nas minhas aulas discuto essas religiões para fortalecer o entendimento da cultura africana entre nós e combater esse racismo contra as religiões africanas (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 01).

Sobre isso, o discurso de outro docente, que se denominou católico, em torno dessa mesma questão, trabalha com a concepção de falta de informação, mas, não numa perspectiva de paráfrase em relação ao discurso do anterior,

posto que, existe um significativo deslocamento na ideologia que atua na sua fala, o que caracteriza uma polissemia que vai perpassar as enunciações dos outros entrevistados dos espaços escolares

Muitos alunos não entendem que o não aceitar a religião candomblecista ou umbandista do outro pode ser racismo. Eu também não vejo como racismo e sim como falta de informação que a gente como professor da disciplina vai conscientizando, mas, essa falta de informação é tamanha que até os pais desses estudantes nos ameaçam quando resolvemos, de modo leve, falar alguma coisa sobre as religiões africanas (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 02).

Numa análise desse recorte de fala, pode-se observar que formações enunciativas sobre a resistência de estudantes a outros estudantes de religião de matriz africana em sala de aula, para o professor acima, não constituem prática de racismo. Neste aspecto, a ideologia identificada é a da invisibilidade desse racismo de cunho religioso que se ressalta, incide sobre o racismo como sequela do projeto de colonialidade. Mas, isso se transforma na medida em que ele inicia um processo de “conscientização” deste processo junto aos estudantes, por meio do ensino de História da África; no primeiro caso, do docente anterior, este trabalho de elucidação do racismo não sugere resistência, mas, no segundo, há até ameaças.

Na fala dos outros professores e também de gestores entrevistados, o tom discursivo foi o mesmo do último docente, isto é, o de que o trato com as religiões afro-brasileiras é difícil pela falta de informação de estudantes e da comunidade em geral. Acerca disso, as dificuldades são salientadas com o intuito de justificar a ideologia da invisibilidade e o lugar diminuto ou inexistente para o trabalho com essas religiões e neste aspecto, o perfil religioso dos estudantes e de seus pais evidencia-se nesse processo

Há uma dificuldade de aceitação do aluno evangélico das religiões de matriz africana, mesmo que a gente trate como cultura africana. Eu trabalho pouco elas por conta dessa rejeição. Há muita desinformação (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 04).

Já tivemos vários problemas com alunos e pais de alunos, mais evangélicos, quando tentamos introduzir nos temas as religiões Umbanda e Candomblé. Tem professor que foi até ameaçado, por isso evitamos discuti-las (GESTOR DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 01).

Aqui na escola a gente evita trabalhar com essas religiões por causa de conflitos com a comunidade (GESTOR DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 02).

A falta de informação sobre essa temática da comunidade leva à intolerância deles para com a gente (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 07).

Eu evito dialogar sobre essas religiões nas minhas aulas para não entrar em atrito com estudantes e seus pais. Tem aluno que aceita, são aqueles católicos e do grupo espiritualista, mas os evangélicos ficam dizendo que isso é coisa do demônio e se a gente não tiver calma, a coisa pode se complicar (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 06).

Neste aspecto tem se identificado, na maioria das entrevistas realizadas, especialmente junto aos professores de ensino de História da África, um destaque sobre a percepção de práticas de intolerância por parte de estudantes e familiares religiosos de pertencimento, sobretudo evangélico-cristão, no que se refere ao trato e ao conteúdo sobre religiões de matriz africana. Assim, docentes da rede estadual de Recife apontaram essa situação, comparando o comportamento daqueles evangélicos em relação a outros grupos religiosos, católicos, espiritualistas..., afirmando que estes últimos se apresentam mais “abertos” e menos intolerantes que àqueles, quando o assunto é religião de matriz africana em sala de aula.

Diante disso, o discurso acerca da intolerância evangélico-cristã da comunidade escolar - representada por estudantes e seus pais - foi tido como o maior causador de obstáculos quando a questão foi a de abordar essas religiões neste tipo de ensino (OLIVEIRA, 2019, p. 36).

No que se refere aos fins do ensino de História da África, as falas dos docentes e gestores da rede estadual em Recife entrevistados apresentaram uma ideologia multicultural, defensora da democracia, dos direitos humanos, numa

lógica de justaposição de diferenças, em que todos devem respeitar a diversidade

É necessário para o fim da ignorância e avanço da democracia que se reconheça a contribuição não só do trabalho do negro, mas de sua cultura para este país e esse ensino tem essa missão (GESTOR DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 04).

Não sei se vamos conseguir isso, mas o combate à ignorância e a defesa dos direitos humanos são para mim os fins desse tipo de ensino. O respeito a todas as diferenças (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 03).

Esse discurso de defesa da democracia, dos direitos humanos, porém é de viés marcadamente multicultural liberal, haja vista que reforça um modelo social em que se defende a integração, junto à sociedade, de grupos culturais diferentes, “tolerando-se” as práticas culturais diversificadas sem o diálogo acerca de como estas diferenças foram construídas e hierarquizadas socialmente (OLIVEIRA, 2007, p. 220)

O ensino de História da África tem esse compromisso de discutir sobre a contribuição dos africanos nesse país, mas isso feito sem mágoas ou ressentimentos. Na esfera dos direitos humanos, o ideal não é o de reparação histórica, acho por sinal essa palavra muito inadequada, mas é o de democracia, respeito de todos os grupos étnicos na constituição desse país (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 08).

Essa ideologia multicultural liberal foi fortemente atuante na fala dos entrevistados de orientação religiosa cristã, o que reforça o projeto de colonialidade que tem como um de seus elementos o racismo religioso. Neste aspecto, dos 12 entrevistados apenas um se disse não cristão, se assumindo de vertente candomblecista; os outros se identificaram ou como católicos, evangélicos ou espíritas. Diante disso, tal ideologia multicultural e consequentemente pluralista, defensora dos direitos humanos, da democracia, presente nos recortes de falas especificamente de docentes e gestores cristãos, deve ser observada com cautela, pois há diferença entre compreender o pluralismo como coexistência de diversos e compreender o pluralismo como respeito às diferenças, pois, o segundo ressalta-se, debate como essas diferenças

se constituíram socialmente, gerando poder para certos segmentos e inferiorizando outros; já o primeiro não, à medida que só faz colocar as diferenças/diversidades de lado, não discutindo seus lugares institucionalizados (OLIVEIRA, 2006; 2007; 2019).

Havendo pluralidade não necessariamente há democracia, podendo ocorrer até mesmo o inverso, isto é, o agravamento da intolerância em contrapartida, caso determinados grupos sintam-se ameaçados por outros dessemelhantes. Assim, a democracia, o multiculturalismo (dependendo do modelo defendido) e a pluralidade não são condições necessárias e imediatas de aceitação e de bom trato com as diferenças (OLIVEIRA, 2006; 2007; 2019).

Neste aspecto, a ideologia folclórica, que busca aproximar a cultura e as religiões de matriz africana às manifestações festivas, é um exemplo dessa tendência da ideologia multicultural liberal de justapor diferenças, sem discutilas. Este tipo de discurso emergiu, sobretudo, na fala dos gestores de escolas que deram visibilidade ao negro no espaço escolar, apenas em datas comemorativas como as do dia da Consciência Negra, do “fim” da escravidão, etc.

História da África trabalhamos nos dias de comemorações, afinal essa é uma cultura muito alegre, de muita dança, festa. Em todas as datas de comemorações fazemos festa na escola para celebrar as diferenças e tornar visível essa história (GESTOR DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 03).

Identificamos ainda a presença de um discurso entre os entrevistados nas escolas, que confere ao ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira à obrigatoriedade por força legal; neste caso, um discurso legalista. Houve igualmente a presença do discurso da transversalidade, isto é, da distribuição da temática de História da África nas diversas disciplinas e não apenas na de História

História da África hoje é trabalhado em todos os componentes curriculares em todos os anos. Agora, a título de conteúdos específicos, é trabalhado em História. Mas todos trabalham. Dentro de seu cotidiano, está inserido, ao longo do ano, ações voltadas para a temática História da África. A legislação traz

essa exigência e isso aí, vamos dizer assim, está pulverizada em todos os componentes curriculares (GESTOR DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 02).

O ensino de História da África é dado por força da lei, não podemos fugir a lei, isso mesmo que muitos de nós não gostem (GESTOR DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 04).

Sobre o debate acerca da reparação histórica, que entende a lei 10.639/03 e o ensino de História da África e da Cultura Africana como ações que podem, de certo modo, compensar os sofrimentos dos afro-brasileiros no passado, localizou-se apenas um discurso com essa ideologia, presente na fala do professor de religião candomblecista

Até pra gente dar espaço a sujeitos que foram reprimidos durante toda uma história no Brasil. Então é um momento de, realmente, de aparecermos. Nada mais justo do que uma lei como a 10.639/03. Mas, tem muita resistência da comunidade escolar, da parte dos professores, por falta de orientação, às vezes, por que acham que tudo está ligado ao universo do Candomblé e da Umbanda. Só que isso é importante, o falar sobre essas religiões é falar dessa cultura. O ensino de História da África é uma realidade, é uma reconstituição, reparação histórica. Sabemos que fomos marginalizados ao longo da história e pedimos justiça. Agora tem muito professor que não foi preparado para isso (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 01).

Assim, neste recorte de fala podemos identificar, além da ideologia da reparação histórica, duas outras: a de que os professores ligam o ensino de História da África às religiões de matriz africana (ideologia reducionista), não compreendendo que estas refletem um aspecto importante de resistência; e a de que há carência de orientação entre o professorado sobre a temática (ideologia da falta de formação)

Os professores falam assim: “Nós não sabemos... Nós não temos subsídios... Os alunos não querem trabalhar... os pais dos alunos não querem trabalhar por que falam que é coisa de bruxaria, é coisa de catimbó...”. Ignorância. Muita ignorância eu vejo nos professores quando se deparam com a questão de trabalhar com História e Cultura africana (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 01).

Sobre a ideologia da reparação histórica, importante ressaltar que ela não foi identificada junto a nenhum gestor ou outro professor entrevistado que não o que se declarou candomblecista. Isso promove repercussões significativas quando se analisa o bom êxito ou não do trabalho feito com a lei 10.639/03 nas escolas em questão (OLIVEIRA, 2019, p. 38). Diferentemente, na fala dos 03 entrevistados ligados ao movimento negro (dois ex-militantes que se declararam sem religião e um militante que se afirmou de denominação protestante) o discurso da reparação histórica foi enfático, perpassando todas as falas no sentido de referendar o trato com as religiões de matriz africana como necessário ao que se identifica como racismo religioso

Esse ensino vem como uma reparação histórica e sobre isso acredito ser importante trabalhar com as religiões afro-brasileiras porque o não trabalho com elas é um reflexo do que a gente pode denominar de racismo religioso. Isso é mais um reflexo do lugar que nós negros ocupamos na sociedade (MILITANTE 03).

... é uma forma de não dar visibilidade a nossa cultura; não entender que a resistência negra começa com as religiões africanas. É uma forma de racismo, como as outras que sofremos. Precisamos reagir a isso e entender que as religiões se relacionam com nossa história e com a reparação histórica que essa lei propõe (EX-MILITANTE 01).

Disso podemos tirar um combate: o combate ao racismo religioso que é tão estrutural quanto os outros. Para que ocorra reparação histórica, social tem que lutar contra ele também, pois, isso tudo faz parte de um todo maior (EX-MILITANTE 02).

Considerações Finais

A pesquisa realizada possibilitou-nos identificar algumas ideologias presentes nas falas dos atores/parceiros sociais entrevistados: a multicultural liberal, vinculada à democracia e aos direitos humanos que defende uma justaposição entre as diferenças; a da reparação histórica e conscientização do negro como protagonista; a do racismo religioso; a da transversalidade, com diluição do ensino de História da África em todas as disciplinas, pela

interdisciplinaridade; a folclórica, que aproxima o ensino em tela às festas; a legalista, que aponta para a presença deste ensino nas salas de aula à “força da lei”; a reducionista e a da falta de formação que expõem a necessidade de aprimoramento docente.

Especificamente em relação às religiões afro-brasileiras, a ideologia predominante, entre os entrevistados que fazem parte da escola, explicita invisibilidade no trato delas, justificada pela dificuldade que a comunidade escolar - incluindo aqui estudantes e seus pais – possui de aceitar o trabalho com as mesmas no ensino de História da África. Por outro lado, no discurso de dois ex-militantes e de um militante do movimento negro, a ideologia observada seguiu no sentido de entender essa rejeição como mais uma forma de racismo, este denominado de racismo religioso.

A ideologia⁷ do racismo religioso (DEUS, 2019, p. 37) pode ser mais um elemento que nos ajuda a entender o lugar do negro ressignificado na sala de aula dentro do contexto da lei 10.639/2003. Neste aspecto, os discursos articulados em tal cenário expõem o jogo perpassado por forças e significados envolvendo questões referentes à alteridade e à intolerância religiosa no ambiente escolar e fora dele, como no caso, na comunidade aonde as escolas se encontram inseridas.

Assim, longe de esgotar o debate nos espaços educacionais sobre a constituição das identidades afro-brasileiras em contextos antirracistas, como os contemporâneos, acredita-se que o trato com o racismo estrutural envolve o combate a todos os tipos de estigmas sofridos historicamente pela população afro-brasileira, incluindo nesse processo o estigma religioso. Isto pede disputas, lutas e embates buscando visibilidade das e para as religiões afro-brasileiras no ensino de História da África, tais religiões tratadas como culturas, ou seja, cosmovisões de mundo relevantes para a compreensão da história e resistência

⁷ Que nesta pesquisa foi entendida como posição de sujeito que sinaliza para ações/práticas e relações sociais.

dos negros no nosso país. Neste aspecto, a atuação direta sobre noções como as de auto-afirmação/afirmação e pertencimento devem ser enfatizadas, estas noções, entretanto, entendidas como complexos híbridos posto que, atravessadas por lógicas discursivas diversas, que envolvem não somente o sistema escolar, mas a sociedade de forma ampla.

Referências

- BASTIDE, Roger. Contribuição ao estudo do sincretismo católico fetichista. *Boletim LIX, da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo*, São Paulo, 1946.
- BRASIL. Lei nº 10.639/2003. *Diário Oficial da União*. Brasília, 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- BRASIL. Lei nº 11.645/2008. *Diário Oficial da União*. Brasília, 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 16 mar. 2021.
- BRASIL. *Estatuto da Igualdade Racial*: Lei nº 12.288/2010. Brasília, 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12288&ano=2010&ato=e4eoXSq1keVpWT31d>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- BURITY, Joanildo. Teoria do discurso e análise do discurso: sobre política e método. In: WEBER, Silke e LEITHAUSER, Thomas (org.). *Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 01 a 08.
- DEUS, Lucas Obalera de. *Por uma perspectiva afrorreligiosa: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.
- FERREIRA, Fábio. Para entender a teoria do discurso de Ernesto Laclau. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 127, p. 12-18, dez 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2012, ESTADO DE PERNAMBUCO. Recife, 28 de fevereiro de 2012. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Disponível em: [http://200.238.105.211/cadernos/2012/20120228/1PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20120228\).pdf](http://200.238.105.211/cadernos/2012/20120228/1PoderExecutivo/PoderExecutivo(20120228).pdf). Acesso em: 16 mar. 2021.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.
- MORAES, Roberto José Nery. *Teoria geral do racismo religioso: crime de ódio*. *Revista Tempo Amazônico*, v. 4, n.1, p. 17-31, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1968. Acesso em: 16 mar. 2021.

MUNANGA, Kambegele; GOMES, Nilma, Lino. *O Negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Multiculturalismo, pluralismo e (in) tolerância religiosa: o relacionamento dos espíritas pernambucanos com os adeptos de outras religiões (1990-2004)*. 2006. 353f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, estigma e intolerância religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 1, p. 239-264, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br>. Acesso em: 16 mar. 2021.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de; REIS, Maria da Conceição dos; MENEZES, Vilde Gomes de; FERREIRA, Cristiano Cavalcante. Legislação Afro-Brasileira e o Lugar que as Religiões de Matriz Africana Ocupam no Ensino de História da África em Escolas de Pernambuco. *Educação em Perspectiva*. Viçosa, MG, v.8 n.1, p. 122-138, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6868>. Acesso em: 16 mar. 2021.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Diversidade Religiosa e Cultura: como as escolas estaduais da cidade de Recife discutem as religiões afro-brasileiras no contexto do ensino de História da África. *IDENTIDADE!*, v.24, p.29 - 43, 2019. Disponível em: <https://periodicos.est.edu.br>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

RIBEIRO, Josenilda Oliveira. *Sincretismo religioso no Brasil: uma análise histórica das transformações no catolicismo, evangelismo, candomblé e espiritismo*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia; BRAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, v. 29, p. 125-146, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26374745_Racismo_em_livros_didaticos_brasileiros_e_seu_combate_uma_revisao_da_literatura. Acesso em: 16 mar. 2021.

SILVA, Maria Rejane da; MOREIRA, Harley Abrantes. Religiões afro-brasileiras em sala de aula a partir da análise de uma turma de educação de jovens e adultos. XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais XVII Simpósio Nacional de História*. Natal, julho de 2013. p. 01-13. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364952202_ARQUIVO_rEJANE-ARTIGOANPUH.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.

THOMPSON, Paul. *A Voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 1992.

Recebido em 16-07-2021.
Aprovado em 17-12-2021.